

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**  
DIRETORIA JURÍDICA  
**PARECER JURÍDICO Nº 30/2025**

**PROTOCOLO Nº SAP 1000000111**

**ASSUNTO:** FASE EXTERNA - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DAS TORRES METÁLICAS DE SUSTENTAÇÃO DAS CORREIAS TRANSPORTADORAS WC03 E WC04 DO CORREDOR LESTE DE EXPORTAÇÃO (COREX)

**INTERESSADOS:** APPA/DEM

Sr. Presidente,

**I - RELATÓRIO**

1. Trata-se de intenção de contratação de empresa especializada para fornecimento e substituição das torres metálicas de sustentação das correias transportadoras WC03 e WC04 do Corredor Leste de Exportação (COREX) da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, conforme justificativas, normas e demais especificações técnicas estabelecidas no termo de referência, edital e anexos.
2. Após manifestação da DJU por meio do parecer 288/2024 quanto a possibilidade de prosseguimento do certame, sucederam os seguintes eventos, em síntese:

ETAPA
Autorização para deflagração da fase externa do certame
Edital de Licitação e publicação no DIOE
Apresentação de questionamentos por interessados no certame
Histórico da sessão pública da licitação

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**  
DIRETORIA JURÍDICA

Envio da proposta ajustada e documentação da empresa arrematante
Análise da proposta e habilitação
Manifestação da CPLC
Declaração de vencedor
Prazo recursal
Recurso
Manifestação da GGPE
Julgamento do recurso pela CPLC

3. Compulsando as peças que instruem o presente protocolo, verifica-se que todos os ritos editalícios foram cumpridos e que houve interposição de recurso pela empresa **BOSCH METAL LIGA LTDA** e apresentação de contrarrazões ao recurso pela empresa vencedora do certame, **HEXITO SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA**.
4. A CPLC negou provimento ao recurso e remeteu o protocolo à DJU.
5. É, em síntese, o relatório.

**II – ANÁLISE JURÍDICA**  
**II.1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

6. Cumpre registrar, preliminarmente, que a análise aqui empreendida se circunscreve aos aspectos legais, de regularidade e demais temas assemelhados, dentro do procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida, uma vez que estes fogem à sua alçada de conhecimento.
7. Os limites traçados decorrem da aplicação do princípio da deferência técnico-administrativa e do disposto no Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União - AGU, *in verbis*:

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

## DIRETORIA JURÍDICA

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

8. Ainda, em paridade com o preceituado pela AGU, tem-se que o objetivo da manifestação jurídica é assistir a “autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

9. Finalmente, cabe registrar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada, a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

10. Isto porque o conhecimento das nuances técnicas foge ao conhecimento desta DJU, e a invasão de tais limites, acabaria por macular o procedimento administrativo, expondo-o a risco de falta de clareza e inadequação de análise.

11. Neste sentido, cabe destacar que, se num sistema de freios e contrapesos, o pronunciamento deste Jurídico se limita à sua competência por força do caráter não vinculativo das expressões manifestadas no parecer, é livre ao gestor ou ao corpo diretivo, o acompanhamento das recomendações aqui inseridas; conquanto o conhecimento interpretativo do contrato pode trazer divergências de posicionamento entre os seus leitores/gestores.

12. Note-se, no entanto, que por se tratar de análise especializada, em optando pela não adoção das orientações aqui expostas, as demais áreas devem fazê-lo

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

[www.portosdoparana.com.br](http://www.portosdoparana.com.br) / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos\\_parana](#)



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA****DIRETORIA JURÍDICA**

de forma motivada e justificada, sob pena de, em afastando a fala jurídica, incorrer em erro grosseiro; como bem preceitua a norma vigente.

**13.** Em tempo, cumpre destacar que em recente pronunciamento em decisão Plenária do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2599/2021), o Ministro Bruno Dantas rememorou jurisprudência já produzida pela Corte, onde ficou explicitada a necessidade de alinhamento e complementação de conhecimento e competência entre as áreas que compõe os órgãos públicos. Especificamente quanto à relação entre a atuação jurídica e a atuação das demais áreas, o Ministro Bruno Dantas ressaltou que embora tenha caráter não vinculativo, a manifestação jurídica deve ser considerada pelas demais áreas, e o seu afastamento, parcial ou integral, deve ser devidamente motivado e justificado, sob pena de responsabilização do agente, perante a corte de contas, por erro grosseiro.

**14.** Segundo Dantas, a jurisprudência do TCU tipifica como erro grosseiro, nos termos do art. 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, o parecer da consultoria jurídica, conforme o seguinte enunciado da jurisprudência selecionada:

*Para fins de responsabilização perante o TCU, pode ser tipificada como erro grosseiro (art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, parecer da consultoria jurídica do órgão ou da entidade que dirige. Tal conduta revela desempenho aquém do esperado do administrador médio, o que configura culpa grave, passível de multa.” (Acórdão 1264/2019-TCU-Plenário, rel. Ministro Augusto Nardes).*

**15.** Insta frisar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data neste protocolado, bem como não há reanálise acerca dos atos praticados anteriormente. Destaca-se, por fim, que a DJU não tem atribuição para proceder auditoria em todos os atos praticados na presente instrução processual, portanto, cabendo tal atribuição aos órgãos de controle, internos e externos.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

**16.** Por fim, registre-se que a presente análise jurídica dar-se-á à luz das normas constantes na Lei no 13.303/2016 que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública e no Regulamento de Licitações e Contratos da APPA (RILC).

**II.2 - DO RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA BOSCH METAL LIGA LTDA**

**17.** A recorrente (**BOSCH**) alega, em síntese, que:

**a)** A recorrida (**HEXITO**) não apresentou de forma tempestiva a declaração de responsabilidade técnica exigida no edital, tendo a CPLC intentado diligência indevida concedendo prazo para inclusão de novo documento, violando o edital, devendo a recorrida ser declarada inabilitada;

**b)** O sócio administrador da recorrida, sr. Edson Hirata, foi colaborador da APPA, o que acarreta no fato de que a recorrida não pode ser contratada em razão da vedação temporal para participar dos certames da APPA;

**18.** Por fim, requereu a inabilitação da **HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.**

**19.** A recorrida, por sua vez, apresentou suas contrarrazões sustentando que o documento apresentado posteriormente apenas atesta condição pré-existente, de modo que sua inabilitação em razão de tal ocorrência seria formalismo exacerbado. Além disso, segundo a recorrida, o sócio administrador teria sido exonerado da APPA em 05 de maio de 2023, não havendo que se falar em infringência ao lapso temporal necessário para que a HÊXITO contrate com a APPA.

**20.** A CPLC, por sua vez, negou provimento ao recurso, entendendo que o documento apresentado se referia a situação pré-existente e que não houve irregularidade na realização de diligência para regularização da documentação da recorrida, destacando

5

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA****DIRETORIA JURÍDICA**

também que o lapso temporal exigido para que empresas cujos sócios tenham integrado o quadro de colaboradores da APPA possam contratar com esta Administração é de 6 (seis) meses, período que foi devidamente respeitado.

**II.3 – DA SUPOSTA REALIZAÇÃO INDEVIDA DE DILIGÊNCIA PELA APPA E DA SUPOSTA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO NOVO**

21. Quanto a alegação de que a diligência realizada pela CPLC foi indevida e que a concessão de prazo para que a recorrida regularizasse sua documentação contrariou o edital e permitiu a apresentação de documento novo, a DJU entende que é argumento que não merece prosperar.

22. A análise promovida pela Diretoria de Engenharia e Manutenção quando da avaliação do preenchimento dos requisitos de habilitação técnica pela recorrida foi apresentada nos seguintes termos:

**11.7.1. A empresa classificada deverá apresentar os seguintes documentos para comprovação da CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL:**

a) **Certificado de Registro e Regularidade da Licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA** do seu Estado de origem, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede;

**Análise:** A proponente **atendeu** adequadamente ao solicitado (p. 46 – Certidão nº: 133618/2024, Validade: 31/03/2025, Num. Registro: 82349).

b) **Atestado ou Certidão de capacidade técnica em nome da licitante**, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, **comprovando que a empresa tenha executado serviços com características semelhantes ao objeto licitado, compreendendo:**



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**  
DIRETORIA JURÍDICA

• Projeto/dimensionamento (cálculo estrutural) /fabricação/montagem/execução de torres metálicas e/ou estrutura metálicas semelhantes; e/ou

• Execução de serviços de substituição de torres metálicas e/ou semelhantes.

**Análise:** A proponente **atendeu** adequadamente ao solicitado (pp. 50- – Certidão nº: 133618/2024, Validade: 31/03/2025, Num. Registro: 82349).

c) **Atestado de Visita Técnica** emitido pela APPA **ou declaração formal** da empresa licitante, conforme disposto no item 9 do Termo de referência.

**Análise:** A proponente **atendeu** adequadamente ao solicitado (p. 49 – Declaração de dispensa de vistoria).

d) **Deverá ser indicado 01 (um) Engenheiro Mecânico e/ou Engenheiro Civil** para atuar como **Responsável Técnico** pelos serviços, com experiência comprovada. A empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos para comprovação de capacidade técnica profissional:

d.1. **Declaração de Responsabilidade Técnica** deste profissional, conforme Modelo do Edital;

**Análise:** A Declaração não foi identificada. Porém, os demais documentos solicitados no item (d) foram identificados em nome do engenheiro civil Darcy Eduardo Coninck de Almeida Pedroso, conforme análise abaixo.

d.2. **Comprovação do registro de pessoa física do profissional indicado de nível superior**, devidamente reconhecido pela entidade competente, **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA**.

**Análise:** O documento não foi identificado. Porém, **em consulta no site do CREA-PR, foi identificado o Registro nº PR-12392/D com situação “Regular”:**

Nome	Registro	RNP
DARCY EDUARDO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO	PR-12392/D	1701014513
Registrado em	Situação de registro	
18/01/1983	Regular	

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos\_parana



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**  
DIRETORIA JURÍDICA

- A comprovação do vínculo profissional com a empresa deverá ser feita mediante uma das seguintes formas:

**Análise:** A proponente **atendeu** adequadamente ao solicitado (pp. 68-69 – Contrato de Prestação de Serviços).

d.3. O Engenheiro Responsável Técnico indicado pela empresa licitante deverá comprovar que possui experiência, apresentando **Atestado Técnico com Certidão de Acervo Técnico (CAT), devidamente certificado pelo CREA**, atestando que o profissional tenha executado serviços com características semelhantes ao objeto licitado, compreendendo:

- Execução de serviços de substituição de torres metálicas e/ou semelhantes.

**Análise:** A proponente **atendeu** adequadamente ao solicitado (pp. 59-67 – CAT nº 252019101401, 252013033913 e 252013033932).

### CONCLUSÃO

Através da análise efetuada sobre o conjunto da documentação apresentada pela empresa licitante, em consonância com os demais elementos instrutores do procedimento licitatório, conclui-se, sob a ótica da qualificação técnica, que a empresa **Hêxito Serviços de Engenharia LTDA não atendeu integralmente a todos os requisitos técnicos do Edital e Termo de Referência, ficando pendente o item d.1. (Declaração de Responsabilidade Técnica)** confirmando que o eng. Darcy Eduardo Coninck de Almeida Pedrosa atuará como responsável técnico pelos serviços.

À disposição para esclarecimentos adicionais.

Paranaguá, 25 de novembro de 2024.

**Ronaldo Antonio Gnoatto**  
Coordenador Mecânico  
(Assinado eletronicamente)



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA****DIRETORIA JURÍDICA**

**23.** Compulsando a análise da DEM é possível auferir que a recorrida preencheu todos os requisitos de habilitação, sendo que o documento não apresentado pela recorrida se trata de uma **declaração de responsabilidade técnica**.

**24.** É conveniente ressaltar, primeiramente, que 'declaração' é um gênero textual técnico em que o declarante confirma determinada informação como sendo verídica. Note-se que do conjunto de documentos encaminhados pela recorrida foi possível auferir que o profissional indicado como responsável técnico pelos serviços a serem oportunamente executados foi o engenheiro Darcy Eduardo Coninck de Almeida Pedroso, de modo que o documento pendente apenas teria o condão de ratificar esta informação. Ou seja, para o certame em tela, a declaração ausente possuía a exclusiva finalidade de confirmar/atestar aquilo que já era possível deduzir, tratando-se de mera manifestação/assunção de compromisso, o que configura falha/equívoco/vício facilmente corrigível.

**25.** Isto porque a licitação não é um fim em si, mas sim um procedimento destinado a selecionar a proposta mais vantajosa visando uma contratação futura, o que implica dizer que não se pode prestigiar o formalismo em detrimento da obtenção da melhor proposta e, não prestigiar o formalismo, por sua vez, significa que falhas sanáveis podem ser corrigidas. Acerca das falhas sanáveis, os autores Edgar Guimarães e José Anacleto Abduch Santos, comentaram o inciso I do art. 56 da Lei nº 13.303/16<sup>1</sup> nos seguintes termos<sup>2</sup>:

***“A contrário senso, se a proposta contiver vícios sanáveis, deve ser reputada efetiva. Vício sanável é aquele que não afeta a substância, a materialidade, a essência ou algo que seja central e determinante para aferir a intenção da proposta. Erros meramente formais ou aspectos que não sejam essenciais, substanciais, centrais ou***

<sup>1</sup> Art. 56. Efetuado o julgamento dos lances ou propostas, será promovida a verificação de sua efetividade, promovendo-se a desclassificação daqueles que:

I - contenham vícios insanáveis;

<sup>2</sup> GUIMARÃES, Edgar; SANTOS, José Anacleto Abduch. Lei das estatais: comentários ao regime jurídico licitatório e contratual da Lei nº 13.303/2016. Belo Horizonte: Fórum, 2017. p. 194.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

**determinantes para aferir a intenção do licitante podem ser corrigidos de modo a ampliar o universo de competidores. É previsão normativa que privilegia o princípio da competitividade”.**

**26.** Ainda, no Acórdão nº 988/2022 – Plenário, o TCU – citado neste momento pela DJU como referência – em caso similar ao tratado neste parecer, deliberou nos seguintes termos:

*REPRESENTAÇÃO. PEDIDO DE CAUTELAR. PREGÃO ELETRÔNICO. SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS BATIMÉTRICOS PERIÓDICOS NOS ACESSOS AQUAVIÁRIOS DOS PORTOS DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO. PRESENÇA DE REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA CAUTELAR. **INABILITAÇÃO INDEVIDA POR FALHAS DE FÁCIL CORREÇÃO.** AUSÊNCIA DE CONVOCAÇÃO PARA MANIFESTAÇÃO PRÉVIA À DESCLASSIFICAÇÃO. POSSÍVEL IMINÊNCIA DA ASSINATURA DO CONTRATO. CAUTELAR PARA SUSPENSÃO DO PREGÃO. OITIVA. COMUNICAÇÕES. REFERENDO. ANÁLISE DAS RESPOSTAS À OITIVA. INFORMAÇÃO DE QUE O CONTRATO JÁ HAVIA SIDO FIRMADO ANTERIORMENTE À REPRESENTAÇÃO. REPRESENTAÇÃO PROCEDENTE. REVOGAÇÃO DA CAUTELAR. PERMISSÃO, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, PARA A CONTINUIDADE DO AJUSTE, COM A VEDAÇÃO DE SUA PRORROGAÇÃO. CIÊNCIA. COMUNICAÇÕES.*

**Acórdão**

*VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de adoção de medida cautelar, referente a ocorrências no Pregão Eletrônico 11/2021, promovido pela Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), cujo objeto é a "prestação dos serviços de levantamentos batimétricos periódicos nos acessos aquaviários dos Portos da CDRJ",*

10

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA JURÍDICA

*ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 146, 235 e 237, VII, 276, § 6º, do Regimento Interno deste Tribunal, em:*

9.1 revogar a cautelar ratificada por meio do [Acórdão 2903/2021-TCU-Plenário](#);

9.2 considerar procedente a representação;

9.3 determinar à Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) que se abstenha de prorrogar o Contrato 34/2021, celebrado com a Delfos Assessoria e Serviços Ltda.;

9.4 dar ciência à CDRJ que:

9.4.1 não conceder a manifestação prévia do licitante no caso de possível desclassificação fere o art. 5º, LV, da Constituição Federal;

9.4.2 **nos casos em que os documentos faltantes relativos à habilitação em pregões forem de fácil elaboração e consistam em meras declarações sobre fatos preexistentes ou em compromissos pelo licitante, deve ser concedido prazo razoável para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade**, bem como ao art. 2º, caput, da Lei 9.784/1999;

9.5 notificar a CDRJ, a representante e a empresa Delfos Assessoria e Serviços Ltda a respeito do presente acórdão.

27. Compulsando o voto do relator, é possível verificar que o TCU foi enfático no sentido de que a finalidade/relevância dos documentos exigidos não deve ser desconsiderada para fins de habilitação das empresas licitantes:

(...)

6. A princípio, esclareço que **o pregoeiro inabilitou a ora representante em razão da ausência de dois documentos requeridos no instrumento convocatório: o atestado de visita técnica ou a**

11

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

**declaração formal do conhecimento das condições locais de trabalho** (item 10.10.4 "c"); e a **declaração da concordância com as disposições do instrumento convocatório e de seus anexos**, garantindo o prazo de validade dos preços e condições da proposta (item 10.10.4 "d").

7. A decisão do antigo relator, ratificada pelo Plenário do TCU, de conceder a cautelar baseou-se sobretudo nas seguintes conclusões: **essa falha era facilmente sanável; em casos como esse, devem prevalecer os princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, em detrimento do rigor em obedecer à literalidade do edital**; para situações semelhantes, este Tribunal tem adotado esse posicionamento de aplicar os citados preceitos.

8. Outro esclarecimento preliminar importante é que não era de conhecimento da unidade técnica ou desta Corte que foi celebrado em 19/10/2021 o Contrato 34/2021, com a vencedora do certame, a Delfos Assessoria e Serviços Ltda., antes, portanto, da data em que a representação foi apresentada ao TCU, 11/11/2021. Por certo, trata-se de premissa inafastável para o presente exame.

\*\*\*

9. Em resposta à oitiva, a autoridade portuária apresenta basicamente a manifestação do pregoeiro (peça 36). Como anexos à resposta foram incluídos também o Parecer 6/2021/CNMLC/CGU/AGU (peça 37) e o [Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário](#), relator Ministro Walton Alencar Rodrigues (peça 38).

10. Em linhas gerais, o pregoeiro defende terem sido regulares os procedimentos adotados. Descreve-os com detalhes, afirmando terem seguido fielmente o edital e a legislação pertinente ao caso, sobretudo os arts. 26, § 9º, 38, § 2º, e 43, § 2º, do Decreto 10.024/2019, que, segundo ele, vedam a anexação extemporânea de documentos de habilitação.

Teria observado também o referido [Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário](#),

12

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA JURÍDICA

que tratou da minutas e editais padrão do Poder Executivo, e o aludido parecer da Advocacia-Geral da União.

11. Como bem mostra a auditora da SeinfraPortoFerrovia (peça 56), cuja análise da manifestação do pregoeiro incorporo aos fundamentos que ora apresento, havia três documentos faltantes para a Spectrah, mas um deles, o Certificado de Inscrição no Cadastro de Entidades Executantes de Levantamentos Hidrográficos da Diretoria de Hidrovia e Navegação (CEELH-DHN) já estava presente no Sistema Integrado ao Cadastramento de Fornecedor (Sicaf). Assim, por meio de e-mail enviado à Spectrah (peça 13, p. 1), o pregoeiro reconheceu esse fato, que, conforme o item 6.3 do edital (peça 6, p. 5), implica a dispensa da apresentação do certificado pela licitante.

12. Quanto aos outros dois - declaração formal do conhecimento das condições locais de trabalho e a declaração da concordância com as disposições do instrumento convocatório -, a despeito de sua relevância, são meras manifestações e compromissos, sendo sua ausência, portanto, de saneamento simples e célere.

13. A essência do pronunciamento do pregoeiro é no sentido de que deve prevalecer os princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, em detrimento do formalismo moderado e da razoabilidade. No entanto, a meu ver, a simples verificação da natureza dos documentos faltantes permite concluir, sem que restem dúvidas, que estes últimos preceitos devem prevalecer.

14. Conquanto seja fundamental no Direito Administrativo, o princípio da legalidade não é absoluto. No caso concreto, parece-me claro que sua aplicação irrestrita operou contra a obtenção da melhor proposta e do alcance do interesse público, sendo apropriado ponderar a aplicação da salutar flexibilização do formalismo. Além disso, como afirmou o Ministro Carreiro em seu despacho que concedeu a cautelar, o art. 2º, parágrafo único, VI, da Lei

13



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA JURÍDICA

9.784/1999 estabelece como um dos critérios a serem observados em processos administrativos a "adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público".

15. Acrescentem-se a isso as pertinentes observações da unidade técnica de que o edital previa que as propostas com vício insanável ou legalidade deveriam ser desclassificadas (item 9.3) e que o licitante deveria ser convocado para manifestação prévia à sua desclassificação (item 10.5, que segue a regra constitucional relativa ao contraditório e à ampla defesa, art. 5º, LV). **Como visto, trata-se de falha facilmente corrigível e, pelo que consta nos autos, o licitante não pôde se pronunciar sobre sua iminente inabilitação.**

16. Assim como o Ministro Raimundo Carreiro afirmou em seu despacho (peça 23), entendo que **aplicação do formalismo moderado e da razoabilidade não consiste, em absoluto, em afronta à isonomia, pois o licitante que comete erro sanável e o corrige tempestivamente terá, ao fim dos procedimentos licitatórios, demonstrado, nos termos do edital, sua capacidade de cumprir o objeto, da mesma forma de outro participante que tenha seguido integralmente os requisitos do instrumento convocatório desde a apresentação inicial da documentação.**

17. Ressalto que o entendimento aqui exposto é harmônico com diversas e recentes deliberações do Plenário desta Corte (Acórdãos 2.673/2021, relator Ministro Jorge Oliveira, 2.528/2021, relator Ministro Raimundo Carreiro, 1.636/2021, relator Ministro-Substituto Augusto Sherman, e 1.211/2021, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, todos do Plenário), que tem se posicionado no seguinte sentido:

**"Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o**

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

**DIRETORIA JURÍDICA**

*oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).*

*O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea 'h'; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro."*

*(Voto condutor do [Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário](#), relator Ministro Walton Alencar Rodrigues).*

*18. É exatamente essa hipótese que se percebe no caso em apreço. Ambas as declarações ausentes retratariam condição anterior à sessão do pregão e poderiam ser prontamente elaboradas e entregues.*

*19. Outro ponto importante foi mencionado no despacho do Ministro Raimundo Carreiro (peça 23). O art. 47 do Decreto 10.024/2019 prevê a possibilidade de o pregoeiro realizar, se for o caso, diligência ao participante para sanar algum equívoco, o que pode ser feito mediante simples concessão de prazo apropriado para a correção:*

*"Art. 47. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão*

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA JURÍDICA

*fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.*

*Parágrafo único. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata."*

*20. Enfim, na minha compreensão, de fato, **o formalismo exacerbado do pregoeiro gerou a desclassificação indevida da ora representante.***

*(...)*

**28.** Ante o exposto, a DJU entende que inabilitar a recorrida pela não apresentação de declaração de responsabilidade técnica - *documento que, no caso em tela, se presta exclusivamente a tornar inconteste a indicação do engenheiro que atuaria como responsável técnico pelos serviços a serem futuramente executados* – é medida desarrazoada e que prestigia o formalismo exacerbado em detrimento da busca pela melhor proposta e celebração de um contrato eficiente para a APPA. Dessa forma, em se tratando de vício notoriamente sanável e que foi corrido, opina-se pelo descabimento do acolhimento desta insurgência da recorrente.

**II.4 – DA SUPOSTA IMPOSSIBILIDADE DE A APPA CONTRATAR COM HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA EM RAZÃO DE O SÓCIO ADMINISTRADOR DA EMPRESA TER OCUPADO CARGO DA APPA**

**29.** O item 4.4.3 do instrumento convocatório, ora invocado pela recorrente, dispõe nos seguintes termos:

***4.4.3. Não poderão participar, direta ou indiretamente, licitantes que mantenham sociedade ou participação com servidor (es) ou***

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

[www.portosdoparana.com.br](http://www.portosdoparana.com.br) / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos\\_parana](#)



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA JURÍDICA

***dirigente (s) que esteja (m) ligado (s) a qualquer um dos órgãos envolvidos no processo em análise. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista conforme consta do art. 38, § único, incisos I, II, alíneas “a”, “b”, “c” e III da Lei nº 13.303/2016, e no Art. 30 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA.***

**30.** O artigo 38 da Lei 13.303/2016, mencionado no item acima colacionado, traz as seguintes disposições:

*Art. 38. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela empresa pública ou sociedade de economia mista a empresa:*

*I - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da empresa pública ou sociedade de economia mista contratante;*

*II - suspensão pela empresa pública ou sociedade de economia mista;*

*III - declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa pública ou sociedade de economia mista, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;*

*IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;*

*V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;*

*VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;*

*VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;*

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA JURÍDICA

*VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.*

*Parágrafo único. Aplica-se a vedação prevista no caput:*

*I - à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;*

*II - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:*

*a) dirigente de empresa pública ou sociedade de economia mista;*

*b) empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;*

*c) autoridade do ente público a que a empresa pública ou sociedade de economia mista esteja vinculada.*

**III - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a respectiva empresa pública ou sociedade de economia mista promotora da licitação ou contratante há menos de 6 (seis) meses.**

**31.** No caso em tela, a recorrente sustenta que a recorrida está impedida de contratar com a APPA em virtude de seu sócio administrador ter ocupado cargo desta Administração. Ocorre que, conforme acima destacado, se o proprietário da empresa licitante foi desligado da APPA há, ao menos, 6 (seis) meses, não haverá óbice legal para a participação em certames licitatórios da APPA.

**32.** Compulsando o protocolo é possível verificar que a CPLC requereu informações à Gerência de Gestão de Pessoas da Portos do Paraná (GGPE) quanto ao período em que o sócio administrador da recorrida, Sr. Edson Kazuo Hirata, teria prestado serviços para esta Administração como cargo em comissão, tendo a GGPE se manifestado nos seguintes termos:



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**  
DIRETORIA JURÍDICA

**DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**  
Gerência de Gestão de Pessoas

**DESPACHO**

**ASSUNTO:** Informação da data de Nomeação e Exoneração de Edson Kazuo Hirata

Seguem as informações solicitadas referente **EDSON KAZUO HIRATA**:

- **Data de Nomeação:** 01/07/2022
- **Data de Exoneração:** 05/05/2023

Paranaguá, 12 de dezembro de 2024.

*(assinado eletronicamente)*  
**MARLON FERREIRA LOPES**  
Gerente de Gestão de Pessoas

**33.** Considerando que entre a exoneração do atual socio administrador da recorrida (05/05/2023) e a instauração do protocolo em tela (02/09/2024), decorreu mais de 1 (um) ano, o que também se verifica no período entre a exoneração do sócio administrador e a realização da licitação (05/11/2024), **não há que se falar em impedimento legal para que a APPA contrate a recorrida.**

**34.** Isto posto, a DJU opina pelo acolhimento da decisão da CPLC, indeferindo o recurso ora analisado e mantendo a **HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA** como a vencedora do certame.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA JURÍDICA

**III – CONCLUSÃO**

**35.** Através da análise promovida pelo relatório acima, verifica-se que até o presente momento o certame licitatório em questão observou todas as normas aplicáveis, especialmente o contido na Lei nº 13.303/16 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da APPA.

**36.** Ante o exposto, conclui-se que o protocolo poderá seguir para deliberação da gestão para que, se assim entender, acolha a decisão da CPLC, indeferindo o recurso interposto pela empresa **BOSCH METAL LIGA LTDA** e formalizando a homologação do resultado do certame com a consequente adjudicação do lote em disputa em favor da empresa **HEXITO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA**, com o valor de **R\$ 2.393.000,00 (dois milhões, trezentos e noventa e três mil reais)**.

Paranaguá, 12 de fevereiro de 2025.

**VITÓRIA MASS SPISILA**  
COORDENADORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
Assinado digitalmente

**MATEUS DO NASCIMENTO EDUVIRGES**  
ANALISTA PORTUÁRIO - ADVOGADO  
Assinado digitalmente

**RODRIGO DI PIERO MENDES**  
PROCURADOR JURÍDICO CONSULTIVO  
Assinado digitalmente

**MARCUS VINICIUS FREITAS DOS SANTOS**  
DIRETOR JURÍDICO  
Assinado digitalmente

**COMUNICAÇÃO INTERNA 522/2024.**

Documento: **PARECERFASEEXTERNAFORNECIMENTOESUBSTITUICAODASTORRESMETALICASDOCOREXSAP1000000111.pdf.**

Assinatura Avançada realizada por: **Rodrigo Di Piero Mendes (XXX.420.919-XX)** em 13/02/2025 09:40.

Assinatura Simples realizada por: **Vitoria Mass Spisila (XXX.221.968-XX)** em 12/02/2025 18:03, **Mateus do Nascimento Eduvirges (XXX.429.269-XX)** em 13/02/2025 08:59 Local: APPA/DJU, **Marcus Vinicius Freitas dos Santos (XXX.176.789-XX)** em 13/02/2025 16:15.

Inserido ao documento **730.178** por: **Vitoria Mass Spisila** em: 12/02/2025 18:02.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código:  
**cf060d7d843bd45376b6fa850246fda8.**